



SUMÁRIO

Introdução..... 21

TÍTULO I – Aspectos gerais

CAPÍTULO I – Funções do delegado de polícia..... 25

1. Função de Polícia Judiciária e Investigação Criminal..... 25

 1.1. Previsão legal..... 25

 1.1.1. Polícia Judiciária x Polícia Investigativa 27

2. Presidir Inquérito policial ou outro procedimento de Polícia Judiciária 28

 2.1. Investigação por meio de inquérito policial 28

 2.1.1. Conceito e finalidade 28

 2.1.2. Algumas características do inquérito policial..... 29

 2.1.2.1. Procedimento inquisitório 29

 2.1.2.2. Procedimento sigiloso..... 31

 2.1.2.3. Procedimento escrito..... 32

2.1.2.4.	Procedimento indisponível	32
2.1.2.5.	Procedimento dispensável	33
2.1.2.6.	Procedimento oficial	34
2.1.2.7.	Procedimento oficioso	34
2.1.2.8.	Discricionariedade	35
2.1.3.	Formas de instauração	36
2.1.3.1.	Portaria	36
2.1.3.2.	Auto de Prisão em Flagrante Delito	38
2.1.4.	Conclusão	39
2.1.4.1.	Formalidades do relatório con- clusivo	39
2.1.5.	Prazo de conclusão	40
2.2.	Investigação por meio de outro procedimento previsto em lei	41
3.	Requisitar quaisquer elementos de informação relevantes para a investigação	42
4.	Representar por medidas cautelares relevantes à investigação	44
4.1.	Medidas cautelares pessoais	45
4.1.1.	Prisionais	45
4.1.2.	Não prisionais	46
4.2.	Medidas cautelares probatórias	46
4.3.	Medidas cautelares assecuratórias (reais)	47
5.	Promover o indiciamento em face do investigado	47
5.1.	Espécies	47
5.1.1.	Direto	47

5.1.2. Indireto	48
5.2. Consequências.....	48

TÍTULO II – Dos aspectos práticos

CAPÍTULO I – Sistematização lógica das peças Prático-Profissionais do cargo de delegado de polícia 51

1. Qual o crime investigado no caso concreto?	52
2. Em que fase se encontra a investigação?	52
3. O que o delegado de polícia busca para o êxito das investigações?.....	53

CAPÍTULO II – Formatação das peças Prático-Profissionais do cargo de delegado de polícia..... 55

1. Dicas básicas sobre a formatação das peças prático-profissionais	55
2. Etapas para a formatação das peças prático-profissionais	56
2.1. Endereçamento	56
2.2. Referência	59
2.3. Preâmbulo.....	59
2.4. Fatos.....	60
2.5. Fundamentos Jurídicos	62
2.5.1. Prática delituosa.....	62
2.5.2. Cabimento	62
2.5.3. Requisitos cautelares	63
2.6. Pedidos (Representações).....	63

2.7. Fechamento	64
3. Modelo básico de peça.....	64

TÍTULO III – Das peças Prático-Profissionais

CAPÍTULO I – Medidas cautelares de natureza pessoal 69

1. Representação pela decretação da prisão temporária	69
1.1. Conceito e natureza jurídica.....	69
1.2. Fundamento constitucional	70
1.3. Legitimidade	70
1.4. Prazo da medida.....	71
1.5. Cabimento.....	72
1.6. Requisitos cautelares.....	77
1.6.1. <i>Periculum libertatis</i>	77
1.6.2. <i>Fumus commissi delicti</i>	78
1.7. Modelo básico da peça.....	80
1.8. Caso proposto – concurso para delegado de polícia do Ceará de 2015.....	81
1.9. Resolução do caso proposto – representação pela prisão temporária do indiciado.....	83
2. Representação pela decretação da prisão preventiva	88
2.1. Conceito e natureza jurídica.....	88
2.2. Fundamento constitucional	89
2.3. Legitimidade	89
2.4. Prazo	90

2.5. Cabimento.....	91
2.5.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos	92
2.5.2. Investigado reincidente em crime doloso, qualquer que seja o <i>quantum</i> de pena	95
2.5.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	96
2.5.4. Dúvida sobre a identidade civil do investigado e não fornecimento de elementos suficientes para esclarecê-la.....	97
2.5.5. Inexistência de causa justificante (cumulativo).....	98
2.5.6. Demonstração de insuficiência de outra medida cautelar diversa de prisão.....	99
2.5.7. Inexistência de finalidade de antecipação de pena, imediatismo investigativo, apresentação ou recebimento da denúncia	100
2.6. Requisitos cautelares.....	101
2.6.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	101
2.6.2. <i>Periculum libertatis</i>	102
2.6.2.1. Garantia da ordem pública.....	103
2.6.2.2. Garantia da ordem econômica...106	
2.6.2.3. Conveniência da instrução criminal	106
2.6.2.4. Assegurar a aplicação da lei penal	107

2.6.2.5.	Descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão.....	107
2.7.	Modelo básico da peça.....	109
2.8.	Caso proposto – concurso para delegado de polícia da Bahia de 2018	110
2.9.	Resolução do caso proposto – Representação pela prisão preventiva do investigado (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime).....	112
3.	Representação pela decretação de medidas cautelares diversas de prisão	118
3.1.	Conceito e natureza jurídica.....	118
3.2.	Legitimidade	118
3.3.	Cabimento.....	119
3.4.	Requisitos cautelares.....	120
3.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	120
3.4.2.	<i>Periculum libertatis</i>	120
3.5.	Espécies de medidas cautelares.....	121
3.5.1.	Comparecimento periódico em juízo.....	122
3.5.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	122
3.5.3.	Proibição de manter contato com determinada pessoa.....	123
3.5.4.	Proibição de ausentar-se da comarca....	123
3.5.5.	Recolhimento domiciliar	124
3.5.6.	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	124
3.5.7.	Internação provisória	125
3.5.8.	Prestação de fiança	125
3.5.9.	Monitoração eletrônica.....	126

3.5.10. Retenção de passaporte	126
3.5.11. Outras medidas cautelares diversas de prisão previstas em leis extravagantes	127
3.6. Modelo básico da peça.....	130
3.7. Caso proposto 1	131
3.8. Resolução do caso proposto 1 – Representa- ção por medida cautelar diversa da prisão, consistente na suspensão do investigado do exercício de sua função pública (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime)	132
3.9. Caso proposto 2	136
3.10. Resolução do caso proposto 2 – Representa- ção por medida cautelar diversa da prisão, consistente na suspensão da permissão do investigado para dirigir veículo automotor.....	139
3.11. Caso proposto 3	143
3.12. Resolução do caso proposto 3 – Representa- ção por medida cautelar diversa da prisão, consistente no afastamento de prefeito do exercício do cargo	145

CAPÍTULO II – Medidas cautelares de natureza pro- batória 149

1. Representação pela interceptação das comunicações telefônicas.....	149
1.1. Conceito e natureza jurídica.....	149
1.2. Fundamento constitucional	151
1.3. Legitimidade	152
1.4. Cabimento.....	152
1.4.1. Crime punido com pena de reclusão	152
1.4.2. Indispensabilidade da medida	153

1.5.	Requisitos cautelares.....	153
1.5.1.	<i>Fumus commissi delicti</i>	153
1.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	154
1.6.	Duração da medida	155
1.7.	Modelo básico da peça	155
1.8.	Caso proposto – concurso para delegado de polícia de Pernambuco de 2016	157
1.9.	Resolução do caso proposto – Representação por medida cautelar probatória de interceptação das comunicações telefônicas e de quebra de sigilo de dados telefônicos.....	160
2.	Representação pela quebra de sigilo de dados telefônicos.....	167
2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	167
2.2.	Fundamento Constitucional.....	167
2.3.	Legitimidade	168
2.4.	Cabimento.....	169
2.5.	Requisitos cautelares.....	170
2.5.1.	<i>Fumus commissi delicti</i>	170
2.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	170
2.6.	Modelo básico da peça.....	171
2.7.	Caso proposto 1	172
2.8.	Resolução do caso proposto 1 – Representação por medida cautelar de quebra de sigilo de dados telefônicos	174
2.9.	Caso proposto 2	179
2.10.	Resolução do caso proposto 2 – Ofício de requisição de dados cadastrais telefônicos do aparelho da vítima	180
3.	Representação pela captação ambiental	183

3.1.	Conceito e natureza jurídica.....	183
3.2.	Fundamento constitucional	183
3.3.	Legitimidade	184
3.4.	Cabimento.....	185
3.4.1.	Crime punido com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	186
3.4.2.	Indispensabilidade da medida	186
3.5.	Requisitos cautelares.....	187
3.5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	187
3.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	188
3.6.	Duração da medida.....	188
3.7.	Modelo básico da peça.....	188
3.8.	Caso proposto – concurso para delegado de polícia do Mato Grosso do Sul de 2017.....	190
3.9.	Resolução do caso proposto – Representação por medida cautelar captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime).....	192
4.	Representação pela quebra de sigilo bancário	197
4.1.	Conceito e natureza jurídica.....	197
4.2.	Fundamento constitucional	197
4.3.	Legitimidade	197
4.4.	Cabimento.....	198
4.5.	Requisitos cautelares.....	200
4.5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	200
4.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	200
4.6.	Modelo básico da peça.....	200
5.	Representação pela quebra de sigilo fiscal	202

5.1. Conceito e natureza jurídica.....	202
5.2. Fundamento constitucional	202
5.3. Legitimidade	202
5.4. Cabimento.....	203
5.5. Requisitos cautelares.....	204
5.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	204
5.5.2. <i>Periculum in mora</i>	204
5.6. Modelo básico da peça.....	204
5.7. Caso proposto	206
5.8. Resolução do caso proposto – Representação por medida cautelar de quebra de sigilo bancário da conta fornecida e representação por medida cautelar de quebra de sigilo financeiro, bancário e fiscal dos indiciados	208
6. Representação pela infiltração de agente policial	214
6.1. Conceito e natureza jurídica.....	214
6.2. Legitimidade	214
6.3. Cabimento.....	215
6.4. Requisitos cautelares.....	216
6.4.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	216
6.4.2. <i>Periculum in mora</i>	216
6.5. Duração da medida.....	217
6.6. Modelo básico da peça.....	217
6.7. Caso proposto – concurso para delegado de polícia do Mato Grosso do Sul de 2017.....	219
6.8. Resolução do caso proposto – Representação por medida cautelar de infiltração de agente de polícia em tarefas de investigação.....	221

7.	Representação pela infiltração virtual de agente policial.....	227
7.1.	Conceito e natureza jurídica.....	227
7.2.	Legitimidade	227
7.3.	Cabimento.....	228
7.4.	Requisitos cautelares.....	229
7.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	229
7.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	229
7.5.	Duração da medida.....	230
7.6.	Modelo básico da peça.....	231
8.	Representação PELA ação controlada (entrega vigiada)	233
8.1.	Conceito e natureza jurídica.....	233
8.2.	Legitimidade	234
8.3.	Cabimento.....	234
8.4.	Requisitos Cautelares	235
8.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	235
8.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	235
8.5.	Modelo básico da peça.....	235
8.6.	Caso proposto 1	237
8.7.	Resolução do caso proposto 1 – Representação por medida cautelar de ação controlada na modalidade entrega vigiada	238
8.8.	Caso proposto 2 (caso 1 adaptado).....	242
8.9.	Resolução do caso proposto 2 – Comunicação de ação controlada	243
9.	Representação pela busca domiciliar.....	248
9.1.	Conceito e natureza jurídica.....	248
9.2.	Fundamento constitucional	249

9.3. Legitimidade	249
9.4. Cabimento.....	250
9.4.1. Para prender criminosos ou apreender objetos materiais ou instrumentos de crime	250
9.4.2. Para descobrir objetos relevantes para investigação	251
9.4.3. Para apreender cartas com conteúdo relevantes para investigação	252
9.4.4. Para apreender vítimas.....	252
9.4.5. Para colher qualquer elemento probatório relevante para investigação.....	253
9.5. Requisitos Cautelares	253
9.5.1. <i>Fumus commissi delicti</i>	253
9.5.2. <i>Periculum in mora</i>	254
9.6. Modelo básico da peça.....	254
9.7. Caso proposto – concurso para delegado de polícia da Bahia de 2013	255
9.8. Resolução do caso proposto – Representação pela prisão temporária dos indiciados e representação pela busca domiciliar nos endereços dos familiares dos indiciados.....	259

CAPÍTULO III – Medidas cautelares de natureza assecuratória 267

1. Representação pelo sequestro de bens.....	267
1.1. Conceito e natureza jurídica.....	267
1.2. Finalidade.....	267
1.3. Objeto	267
1.4. Legitimidade	268

1.5. Cabimento.....	268
1.6. Requisitos cautelares.....	269
1.6.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	269
1.6.2. <i>Periculum in mora</i>	269
1.7. Modelo básico da peça.....	270
1.8. Caso proposto – concurso para delegado de polícia do Tocantins de 2014 – adaptado	271
1.9. Resolução do caso proposto – Representação pela prisão preventiva do investigado e representação pelo sequestro dos bens adquiridos pelo investigado com os proventos do crime ...	273

CAPÍTULO IV – Outras peças Práticos-Profissionais..... 279

1. Representação pelo exame de sanidade mental	279
1.1. Conceito e natureza jurídica.....	279
1.2. Legitimidade	280
1.3. Cabimento.....	280
1.4. Requisitos cautelares.....	280
1.4.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	280
1.4.2. <i>Periculum in mora</i>	281
1.5. Modelo básico da peça.....	281
1.6. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Rio de Janeiro de 2014 – adaptado.....	283
1.7. Resolução do caso proposto – Representação pelo exame de sanidade mental.....	284
2. Portaria.....	288
2.1. Caso proposto 1	288
2.2. Resolução do caso proposto 1 – Portaria de instauração de inquérito policial.....	290

2.3.	Caso proposto 2	293
2.4.	Resolução do caso proposto 2 – Portaria de instauração de inquérito policial.....	294
2.5.	Caso proposto 3	296
2.6.	Resolução do caso proposto 3 – Portaria de instauração de inquérito policial.....	297
2.7.	Caso proposto 4 – Concurso para delegado de polícia do Espírito Santo de 2019.....	300
2.8.	Resolução do caso proposto 4 – Portaria de instauração de inquérito policial.....	303
3.	Despacho ordinatório.....	307
3.1.	Caso proposto – concurso para Delegado de polícia do Piauí de 2014.....	307
3.2.	Resolução do caso proposto – Despacho ordinatório em auto de prisão em flagrante delito (espelho dado pela banca)	308
3.3.	Resolução do caso proposto – Despacho ordinatório em auto de prisão em flagrante delito.....	310
4.	Despacho de indiciamento	314
4.1.	Caso proposto	314
4.2.	Resolução do caso proposto – Despacho de indiciamento	315
5.	Relatório conclusivo	318
5.1.	Caso proposto	318
5.2.	Resolução do caso proposto – Relatório conclusivo com indiciamento e representação por prisão preventiva.....	321
Bibliografia.....		327